



## A Questão do Essequibo – 2021

Por João Carlos Sanches\*

Nos últimos dias, final de 2020, a mídia está destacando a retomada das discussões relacionadas com a reivindicação venezuelana de domínio sobre a região conhecida como Guiana Essequiba, também chamada de Essequibo pela República da Guiana. A área foi objeto de disputa entre a Inglaterra e a Venezuela, no século XIX, e, por arbitragem internacional, foi destinada a Inglaterra, fazendo parte do território da, então, Guiana Inglesa. O chamado “Laudo Arbitral de Paris”, de 03 de outubro de 1899, nunca foi aceito pela Venezuela. Na disputa, a Venezuela era representada por prepostos que, segundo o governo venezuelano, não defenderam os reais interesses do país.

Por várias vezes, a Venezuela retornou aos foros internacionais com o objetivo de alterar o “Laudo de Paris” e recuperar o território. Nos anos 50 e 60 do século XX, a Venezuela buscou reforçar sua posição contrária à arbitragem. Em 1962, ingressou junto à Organização das Nações Unidas (ONU) com uma denúncia de nulidade e falta de efeito do “Laudo Arbitral” e reivindicava, uma vez mais, a posse do território. Com a descoberta de grandes reservas de petróleo na região do Essequibo, em especial “off shore”, o interesse venezuelano pela reconquista da área aumentou.

Em 2018, a mídia já tratava do crescimento da produção petrolífera em território da Guiana e suas implicações no relacionamento entre os dois países<sup>1</sup>.

A Corte Internacional de Justiça decidiu, em 18 de dezembro de 2020, ser competente para apreciar a ação proposta pela Guiana que propugna pela validade do “Laudo de Paris” na fixação das fronteiras entre os dois países. Essa definição é um pressuposto necessário para a definição do litoral de um país, seu mar territorial, sua zona econômica exclusiva e sua plataforma continental, com suas implicações de soberania territorial e econômica.

Nos últimos dias, 22 de dezembro de 2020, o Governo da Venezuela criou, por decreto, a *Zona Econômica Militar Especial de Desenvolvimento Florestal* (Zeemdef) na região de Nuria, entre o município de Sifontes do estado de Bolívar e o município de Antonio Díaz do estado de Delta Amacuro, área próxima ao território de Essequibo. Esta área estará sob coordenação do Ministério da Defesa, de acordo com o Diário Oficial nº 42.032, de 22 de dezembro de 2020, que também formaliza a criação da *Empresa Militar para o Uso Sustentável de Productos Forestales y Recursos Naturales S.A.* (Emasproform). O

documento não detalha a extensão da zona militar especial, mas pelo menos uma das coordenadas está dentro do bloco 4 do Arco Mineiro do Orinoco, área da Amazônia venezuelana na qual tem sido registrada a presença de mineração ilegal, com apoio de grupos armados<sup>2</sup>.

Esse recente Decreto do Governo da Venezuela, datado de 22 de dezembro de 2020, dias depois da decisão da Corte Internacional de Justiça, de 18 de dezembro de 2020, pode assinalar que dentre as opções disponíveis para a solução do conflito secular, a de cunho militar estaria ganhando impulso.

O Brasil possui fronteiras tanto com a Venezuela, quanto com a República da Guiana. Quando da descoberta de petróleo na região, muito se especulou sobre a possibilidade de existir jazidas em território de Roraima, estado brasileiro fronteiro aos dois países. Existem registros de atividade exploratória da Petrobrás nas proximidades da Faixa de Fronteira Brasil/Guiana, aproximadamente, nos anos 1970. A Petrobrás nunca colocou essas áreas nos leilões de prospecção, exploração ou produção, “segredo comercial ou estratégico”?

**Essas duas situações, disputa territorial e migrações, aparentemente dispares entre si tem um componente comum: a tríplice fronteira. Em caso de uma mobilização militar venezuelana para a retomada da “Guiana Essequiba” como ficam as fronteiras brasileiras na região?**

Um outro fator é a presença de milhares de migrantes venezuelanos que entraram no Brasil nos últimos anos, em especial desde 2015. O Brasil desenvolve uma política de recepção e atenção a esse contingente - Operação Acolhida<sup>3</sup> - que cuida desde os controles de entrada no País, da regularização documental, do apoio de saúde, de alimentação e alojamento, e da interiorização. Essa atividade é realizada em parceria com os órgãos diretamente envolvidos em cada uma das etapas: ordenamento da fronteira; acolhimento; e interiorização, tais como: Ministério da Defesa; Departamento de Polícia Federal; Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cidadania, organismos internacionais (ONU; ACNUR; OIM) e entidades não governamentais e iniciativa privada (religiosas, assistenciais, transporte).

Parte desses migrantes/refugiados é composta por indígenas, em especial Warao, que estão recebendo do Estado Brasileiro um apoio diferenciado dos demais venezuelanos em acatamento às decisões internacionais de proteção aos povos tradicionais (indígenas).

Essas duas situações, disputa territorial e migrações, aparentemente dispares entre si têm um componente comum: a tríplice fronteira. Em caso de uma mobilização militar venezuelana para a retomada da “Guiana Essequiba”, como ficam as fronteiras brasileiras na região?

- Os milhares de migrantes/refugiados venezuelanos em território brasileiro, em especial em Roraima, seriam uma “ponta de lança” desse movimento militar?

- Os milhares de migrantes/refugiados que estão espalhados por todo o Brasil – processo de interiorização – seriam uma “quinta coluna” nessa ação militar?

- Quantos migrantes/refugiados venezuelanos estão residindo na região da fronteira Brasil/Guiana? Principalmente no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol ou do município de Bonfim/RR?

- Em caso de eclosão de ação militar por parte da Venezuela, existiria o risco de utilização do território brasileiro por parte de tropas da *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FANB) para acesso à Guiana? Nessa análise, há que se considerar aspectos de topografia da Amazônia regional e das áreas de Terras Indígenas a cavaleiro da fronteira com populações de mesma etnia habitando os dois lados da divisa internacional.

- A atual crise política e econômica vivenciada pela Venezuela seria um fator de inibição, ou de impulso a uma “aventura militar”?

Como dito em artigo anterior para este Núcleo de Estudos<sup>4</sup> não se está afirmando que haverá uma guerra convencional na região da tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, mas que existem condições sócio, políticas e econômicas que demandam um acompanhamento contínuo, existem.

As Inteligência de Estado e das Forças Armadas do Brasil são instrumentos primordiais nesse acompanhamento, com vistas a defesa do território e das tradições do povo brasileiro.

\* João Carlos Sanches  
[joaocarlos.sanches@gmail.com](mailto:joaocarlos.sanches@gmail.com)  
Oficial de Inteligência (GSI/PR) Aposentado  
Analista associado ao NEEDS/UFSCar  
(Mar/2019)

<sup>1</sup> <http://www.servindi.org/actualidad-noticias/07/09/2018/guayana-el-hallazgo-de-pozos-petroleros-abre-debate-por-el-plan-de>  
<sup>2</sup> <http://www.correodelcaroni.com/economia/7989-regimen-de-maduro-crea-compania-y-zona-militar-de-desarrollo%20forestal-en-area-entre-bolivar-y-delta-amacuro>

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/acolhida/historico/>  
<sup>4</sup> [http://needs.df.ufscar.br/artigos\\_de\\_opiniao3/10/joao\\_carlos\\_sanches\\_pirara\\_%E2%80%93\\_essequibo\\_%E2%80%93\\_triplice\\_frenteira](http://needs.df.ufscar.br/artigos_de_opiniao3/10/joao_carlos_sanches_pirara_%E2%80%93_essequibo_%E2%80%93_triplice_frenteira)